

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 53.672 - SP
(2017/0067170-4)**

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE TATUI
PROCURADOR : PAULO ROBERTO GONÇALVES E OUTRO(S) - SP067030
AGRAVADO : ROGÉRIO HENRIQUE HIPÓLITO BEZERRA
AGRAVADO : JOSE HEITOR ALBUQUERQUE REBECCA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DESPACHO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA - Impetração contra ato judicial que extinguiu ação de execução fiscal, em virtude de ter a mesma valor antieconômico a ensejar o reconhecimento de falta de interesse de agir - Não cabimento de mandado de segurança como sucedâneo de recurso que não foi interposto - Inteligência das Súmulas n.ºs. 640 e 267 do STF - Posição recente da Primeira Turma do STJ sobre o tema - Denegação da ordem que se impõe, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Lei nº 12.016/2009 - Mandado de segurança denegado.

Considerando que a matéria acerca do cabimento de mandado de segurança contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor encontra-se em discussão pela Primeira Seção do STJ em Incidentes de Assunção de Competência nos autos dos RMS n. 53.720 e n. 54.712, determino que o presente feito aguarde na Coordenadoria da Segunda Turma até o julgamento definitivo dos citados IACs.

Após, certifique-se o julgamento e retornem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator